

Márcio Berto Alexandrino de Oliveira
Allan Dias Toledo Malta
Layon Nicolás Dias Pereira

A Defesa do Agente Público na Ação de Improbidade Administrativa

**De acordo com a Lei nº 13.964/2019,
“Lei Anticrime”**

3ª Edição

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2020

Copyright © 2020 by Márcio Berto Alexandrino de Oliveira
Allan Dias Toledo Malta
Layon Nicolas Dias Pereira

Categoria: Direito Constitucional

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

1176799
CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

OL48d

Oliveira, Márcio Berto Alexandrino de
A defesa do agente público na ação de improbidade administrativa /
Márcio Berto Alexandrino de Oliveira, Allan Dias Toledo Malta, Layon
Nicolas Dias Pereira. – 3. ed. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020.
336 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 249-260.

ISBN 978-65-5510-024-2

1. Improbidade administrativa. 2. Agente público. 3. Princípio da res-
ponsabilidade subjetiva. 4. Devido processo legal. 5. Estado democrático
de direito. I. Malta, Allan Dias Toledo. II. Pereira,, Layon Nicolas Dias.
III. Título.

CDD 342

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

1. Notas Iniciais sobre a Defesa do Agente Público na Ação de Improbidade Administrativa	1
2. O Processo no Paradigma do Estado Democrático de Direito	5
2.1 Procedimento e Processo	11
2.2 As nulidades no processo.....	16
3. A Responsabilização Subjetiva e Objetiva	21
4. Princípios Basilares da Administração Pública.....	25
4.1 Princípio da Legalidade	26
4.2 Princípio da Impessoalidade	28
4.3 Princípio da Moralidade	30
4.4 Princípio da Probidade	32
4.5 Princípio da Publicidade.....	33
4.6 Princípio da Eficiência.....	35
4.7 Princípio da Supremacia do Interesse Público.....	37
4.8 Princípio da Autotutela	38
4.9 Princípio da Indisponibilidade	40
4.10 Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos.....	41
4.11 Princípio da Segurança Jurídica.....	43
4.12 Princípio da Proporcionalidade	45
4.13 Princípio da Precaução.....	47
4.14 Princípio da Motivação	48
4.15 Princípio do Devido Processo Legal	50
5. A Definição de Agente Público	53

6. Ato Administrativo e Mérito Administrativo	55
7. A Convalidação dos Atos Administrativos Eivados de Mera Irregularidade	59
8. O Controle do Mérito do Ato Administrativo pelo Poder Judiciário	61
8.1 O controle do mérito administrativo no julgamento político pelo Judiciário	68
9. Noções Preliminares sobre a Improbidade Administrativa	73
10. Os Tipos de Ato de Improbidade Administrativa	79
11. A Individualização da Conduta e a Justa Causa na Ação de Improbidade Administrativa	85
12. A Importância da Notificação e da Manifestação por Escrito/Defesa Pré- via e a Banalização Destes Institutos.....	91
13. O Dever de Fundamentação da Decisão que Recebe a Petição Inicial na Ação de Improbidade Administrativa	97
14. A Inadmissibilidade da Responsabilização Objetiva do Agente Público na Ação de Improbidade Administrativa	101
14.1 A responsabilização do advogado parecerista por ato de improbidade administrativa	110
14.2 A legalidade como diretriz dos atos da Administração Pública – Necessidade de Lei autorizativa para fixar jornada de trabalho diversa da norma que regulamenta a atividade profissional	120
14.3 A Impossibilidade de decretação da indisponibilidade de bens sem a devida instrução processual.....	123
14.3.1 A impossibilidade jurídica de a indisponibilidade de bens recair sobre a eventual aplicação da multa civil.....	130
14.3.2 A indisponibilidade de bens deve recair de forma dividida entre os réus	133

14.4 Imputação de ato de improbidade administrativa terceiro não agente público	134
14.5 Da ausência de improbidade administrativa quando o ato é amparado em lei específica.....	136
14.5.1 A impossibilidade de declaração incidental de inconstitucionalidade na Ação de Improbidade Administrativa	140
14.6 A impossibilidade de ajuizamento de Ação de Improbidade Administrativa cumulada com pedido de dano moral coletivo	142
14.7 A impossibilidade de condenação do gestor por ter executado o convênio nos exatos termos das cláusulas ajustadas – “venire contra factum proprium”	147
14.8 A indisponibilidade de bens não deve recair sobre a meação do côn- juge e bem de família	151
14.9 A suspensão dos direitos políticos como penalidade em razão da prática do ato de improbidade.....	154
14.10 A necessidade de nomeação de defensor ao acusado que não constituir advogado na ação de improbidade administrativa	159
14.11 A competência do juízo para julgar a ação de improbidade administrativa	161
14.12 A razoabilidade e proporcionalidade na aplicação das penalidades e na indisponibilidade de bens.....	163
14.13 A ausência de ato de improbidade na contratação de parente de servidor ou dirigente de órgão na licitação	167
14.13.1 A uniformidade das cláusulas nas modalidades tomada de preços, leilão, concorrência e pregão	173
14.14 Ausência de ato de improbidade quando a prorrogação do contrato ultrapassa o limite da modalidade que antecedeu o contrato original	176

14.15 A responsabilização por ato de improbidade administrativa com o advento da Lei Ordinária Nacional nº. 13.655/2018, que alterou o Decreto-Lei nº. 4.647/1942, Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	189
14.16 A aplicação do Princípio da Insignificância na ação de improbidade administrativa	191
15 A Colaboração Premiada na Ação de Improbidade Administrativa	197
15.1 A utilização das informações da colaboração premiada na ação de improbidade administrativa	202
15.2 A Interceptação telefônica como prova emprestada na ação de improbidade e na colaboração premiada	206
16. A Banalização da Utilização da Ação de Improbidade para Retirada do Nome dos Entes dos Cadastros de Inadimplentes	209
17. A Garantia do Contraditório Substancial na Ação de Improbidade Administrativa e o Dever de Fundamentação	213
18. A Prescrição da Punibilidade dos Atos de Improbidade Administrativa	221
18.1 Prescrição quanto a situações funcionais transitórias	224
18.2 Prescrição quanto a situações funcionais permanentes	227
18.3 Prescrição quanto ao terceiro	231
18.4 A prescrição intercorrente na ação de improbidade administrativa...	233
19. A Possibilidade de Condenação do Estado Ao Pagamento dos Honorários Advocatícios em Caso de Sucumbência do Ministério Público	241
Considerações Finais	245
Referências Bibliográficas	249
Anexo – Legislação Pertinente	261